

STJ00119185

FLÁVIA PIOVESAN

DIREITOS HUMANOS
E O DIREITO
CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

Prefácio de Henry Steiner

Apresentação de Antônio Augusto Cançado Trindade

22ª edição
revista e atualizada

2024

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Paulista, 901, Edifício CVK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dailla Costa de Oliveira

Edição Deborah Caetano de Freitas Vladana

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Rosana Peroni Fazolari
 Guilherme Salvador
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Luciano Assis

Revisão Viviane Oshima

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Sergio Luiz Pereira Lopes
 Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

P662d Pfovesan, Flávia
 Direitos Humanos e o Direito Constitucional
 Internacional / Flávia Pfovesan. – 22. ed. – São
 Paulo : SaraivaJur, 2024.
 800 p.
 ISBN: 978-85-5362-280-1 (Impresso)
 1. Direito. 2. Direitos Humanos. 3. Direito Con-
 stitucional Internacional. I. Título.
 2023-2566 CDD 341.4
 CDU 341.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos Humanos 341.4
 2. Direitos Humanos 341.4

Data de fechamento da edição: 2-10-2023Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA CL CAE

SUMÁRIO

<i>Agradecimento</i>	VII
<i>Apresentação, Antônio Augusto Cançado Trindade</i>	XI
<i>Prefácio, Henry Steiner</i>	XIX
<i>Nota à 22ª Edição</i>	XXI
<i>Nota à 21ª Edição</i>	XXV
<i>Nota à 20ª Edição</i>	XXIX
<i>Nota à 19ª Edição</i>	XXXIII
<i>Nota à 18ª Edição</i>	XXXVII
<i>Nota à 17ª Edição</i>	XLI
<i>Nota à 16ª Edição</i>	XLV
<i>Nota à 15ª Edição</i>	XLIX
<i>Nota à 14ª Edição</i>	LIII
<i>Nota à 13ª Edição</i>	LIX
<i>Nota à 12ª Edição</i>	LXIII
<i>Nota à 11ª Edição</i>	LXIX
<i>Nota à 10ª Edição</i>	LXXIII
<i>Nota à 9ª Edição</i>	LXXV
<i>Nota à 8ª Edição</i>	LXXVII
<i>Nota à 7ª Edição</i>	LXXIX
<i>Nota à 5ª Edição</i>	LXXXIII
<i>Nota à 4ª Edição</i>	LXXXV

Primeira Parte

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

pítulo I — INTRODUÇÃO	3
------------------------------------	----------

CAPÍTULO II — UM ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO — DELIMITANDO E SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO	13
a) Delimitando o objeto de estudo: a Constituição brasileira e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	13
b) Situando o objeto de estudo: os delineamentos do Direito Constitucional Internacional.....	15
c) Justificativas para a opção metodológica.....	18
Capítulo III — A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL — A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	21
a) O processo de democratização no Brasil e a Constituição brasileira de 1988.....	21
b) A Constituição brasileira de 1988 e a institucionalização dos direitos e garantias fundamentais	25
c) Os princípios constitucionais a reger o Brasil nas relações interna- cionais	37
Capítulo IV — A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	43
a) Breves considerações sobre os tratados internacionais.....	43
b) O processo de formação dos tratados internacionais.....	46
c) A hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos	51
d) A incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ...	90
e) O impacto jurídico dos tratados internacionais de direitos humanos no Direito interno brasileiro.....	101
f) A emergência de um novo paradigma jurídico	118

Segunda Parte

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo V — PRECEDENTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	125
---	-----

a) Primeiros precedentes do processo de internacionalização dos direitos humanos — o Direito Humanitário, a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho	125
b) A internacionalização dos direitos humanos — o pós-guerra	133
c) A Carta das Nações Unidas de 1945	142
d) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	153
e) Universalismo e relativismo cultural	166
Capítulo VI — A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	175
a) Introdução	175
b) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	178
c) Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	186
d) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ...	192
e) Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	203
f) Demais convenções internacionais de direitos humanos — breves considerações sobre o Sistema Especial de Proteção	206
g) Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial	211
h) Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher	217
Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	226
Convenção sobre os Direitos da Criança	231
k) Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias	236
l) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	240
m) Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	244
n) O Tribunal Penal Internacional, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio e a Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado	247

o) Mecanismos globais não convencionais de proteção dos direitos humanos	261
Capítulo VII — A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS — O SISTEMA INTERAMERICANO	275
a) Introdução	275
b) Breves considerações sobre a Convenção Americana de Direitos Humanos	281
c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	286
d) A Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	293
e) Impacto do Sistema Interamericano e a Emergência de um Constitucionalismo Regional Transformador: um <i>Ius Constitutionale Commune</i> na América Latina.....	322

Terceira Parte

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

Capítulo VIII — O ESTADO BRASILEIRO E O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	331
a) A agenda internacional do Brasil a partir da democratização e a afirmação dos direitos humanos como tema global.....	331
b) O Brasil e os tratados internacionais de direitos humanos	336
c) Pela plena vigência dos tratados internacionais de direitos humanos: a revisão de reservas e declarações restritivas, a reavaliação da posição do Brasil quanto a cláusulas e procedimentos facultativos e outras medidas	342
Capítulo IX — A ADVOCACIA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: CASOS CONTRA O ESTADO BRASILEIRO PERANTE O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	355
a) Introdução	355
b) Federalização das violações de direitos humanos.....	357
c) Casos contra o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos	364

d) Análise dos casos — limites e possibilidades da advocacia do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Brasil.....	400
e) Casos contra o Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos	409
Capítulo X — ENCERRAMENTO: O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL.....	439
Capítulo XI — SÍNTESE.....	451

APÊNDICE

Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos	471
Carta das Nações Unidas Preceitos.....	476
Declaração Universal dos Direitos Humanos	478
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	483
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	500
Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos para a Abolição da Pena de Morte.....	504
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	507
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	517
Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio....	526
Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	529
Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	541
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.....	554
Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.....	566
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.....	572

Convenção sobre os Direitos da Criança	584
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	602
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	629
Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).....	633
Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador)	655
Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.....	664
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	670
<i>Bibliografia</i>	679